

18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA
26 a 29 de julho de 2017, Brasília-DF

GT 9 – PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

**I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA: MARCO DA CONSTRUÇÃO DA
HEGEMONIA DOS INDUSTRIAIS BRASILEIROS**

MOACIR DE FREITAS JUNIOR
Universidade Federal de Uberlândia

I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA: MARCO DA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DOS INDUSTRIAIS BRASILEIROS.

MOACIR DE FREITAS JUNIOR¹

O presente trabalho tem o objetivo de, por meio da análise dos anais do I Congresso Brasileiro da Indústria, compreender a dinâmica da construção das propostas aprovadas e se elas representam ou não um marco da construção da hegemonia dos industriais brasileiros no período, um pensamento deste setor, bem como seus efeitos políticos.

O I Congresso Brasileiro da Indústria aprovou mais de 130 teses sobre os mais variados temas relacionados à indústria e ao seu papel no desenvolvimento nacional, o que levanta a hipótese de que os industriais brasileiros disputaram politicamente sua ascensão e hegemonia com base em ideias elaboradas sobre o papel do Estado na economia, as classes sociais e suas relações, enfim, baseados em um conjunto amplo de ideias que dotou este segmento de uma certa unidade política e ideológica que foram fundamentais para os resultados políticos alcançados.

Para este trabalho, nossa intenção é apresentar estas teses e seus formuladores, analisar os debates que as envolveram e estão registrados nos Anais do I Congresso Brasileiro da Indústria e os discursos proferidos durante os trabalhos, que contaram com a presença do próprio Getúlio Vargas, dando mostra do quanto os industriais avançaram politicamente sobre o Estado entre 1930 e 1940.

Antes, porém, de iniciarmos as discussões acerca do I Congresso e de sua importância, gostaríamos de introduzir um breve relato sobre aquele que foi o principal articulador das ideias e da própria formação ideológica da burguesia industrial brasileira do período: Roberto Simonsen.

Simonsen foi um empresário e intelectual que se tornou um dos maiores líderes da burguesia industrial do Brasil da primeira metade do século XX. Foi, em grande parte, graças a suas ações que os industriais atuaram buscando influenciar a política econômica da época. Sua ascensão como pensador e líder de sua classe se deu ao mesmo tempo em que no Brasil ocorria, especialmente a partir da década de 1930, a

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UNESP, é Professor Adjunto A1 do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia

implantação do capitalismo industrial, o fortalecimento do Estado como fator decisivo para a industrialização e, conseqüentemente, a chegada da burguesia nacional ao poder, para os quais contribuiu diretamente.

Foi também nesse mesmo contexto histórico (as três principais décadas, de 1910 a 1940, em que ocorreram as transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o Brasil no período) que Simonsen desempenhou suas atividades intelectuais de forma mais marcante, abrindo a discussão sobre o problema do subdesenvolvimento que afetava o Brasil e outras nações da América Latina e do Mundo.

Melhor situando a condição e a importância intelectual da obra de Simonsen e sua conexão com a questão da superação do subdesenvolvimento, Vera Cepeda (2004 e 2007) aponta que o problema fundamental com o qual a obra de Simonsen debateu-se era o subdesenvolvimento do Brasil, suas causas e as maneiras pelas quais ele poderia ser superado. Sobre esta questão, ver ainda Vieira (2010), Corsi e Mendonça (2010), Coliteste (2007), Carone (1971 e 1977), Bielschowsky (2000), Lima (1976), Del Vecchio e Diéguez (2008), Freitas (2011, 2013 e 2013), Maza (2004), entre outros.

Em nosso entendimento, o tema do desenvolvimento como forma de superação da pobreza possui importância central para o autor, sua obra e sua atuação. É trabalhando esta questão que Simonsen se depara, em 1919, com as precárias condições de vida dos operários da Companhia Construtora de Santos, o que o levou a construir um bairro popular, a Vila Belmiro; é a melhor qualidade de vida dos trabalhadores europeus e americanos, por ele testemunhadas nas missões comerciais, que chamam a atenção do autor para o fato de que, nos países desenvolvidos, ainda não que não fossem ricos, os operários mantinham um padrão de vida muitas vezes superior aos correlatos nacionais.

Da mesma forma, é a busca pela superação da pobreza que o levará aos históricos e importantíssimos debates com os liberais na década de 1940, oportunidade na qual o autor apresenta, de maneira pioneira, a tese do subdesenvolvimento, que se tornaria, a partir de 1949, com a publicação do Manifesto da Cepal, o marco dos estudos econômicos realizados no Brasil e em toda a América Latina.

É ainda por conta das condições de vida que o autor formula suas teses sobre a relação entre padrão de vida e industrialização, bem como toma contato com a

sociologia, na qual via um método eficaz para determinar o ganho médio que um trabalhador precisaria ter para sua existência “digna”, como dizia Simonsen.

Logo, o tema das condições de vida e de sua superação pelo desenvolvimento econômico industrial aparece em todas as fases do pensamento de Simonsen ao longo de sua carreira intelectual e prática, que caminham pari passo em sua trajetória de vida.

E é exatamente a construção destas teses, ao mesmo tempo em que liderou a classe industrial brasileira neste período, seja como presidente da CIESP, fundador da CNI, Deputado, Senador, fundador do SESI e do SENAI e outros órgãos e instituições relacionados à indústria, que ao nosso ver permitiu que a classe industrial brasileira se firmasse enquanto tal, podendo disputar a hegemonia econômica e política que almejava tendo como base ideológica um arcabouço de ideias sobre como o Brasil deveria conduzir, através do Estado, sua industrialização.

E tais ideias, que transcenderam a Roberto Simonsen a fim de se tornarem o próprio projeto industrialista nacional, também conferem ao autor e sua obra importância fundamental. Esta consolidação de ideias e, mais precisamente, a simbiose delas com Getúlio Vargas e o Estado, deu-se no I Congresso Brasileiro de Economia, presidido pelo próprio Presidente da República e palco final da união política que deu à indústria o *status* de força política e econômica do Brasil daquele período.

Nesta etapa do trabalho, apresentaremos os discursos proferidos por Roberto Simonsen, pelos industriais brasileiros, e de Alexandre Marcondes Filho, então Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (que não usou a palavra na ocasião), a fim de demonstrar como estavam próximos os pensamentos dos industriais e do Estado naquele momento, com o segundo praticamente encapando como suas as propostas dos industriais, através da conversão das mesmas em “objetivos da democracia brasileira” que somente seriam alcançados pela “união de todos os interesses” em torno do desenvolvimento do Brasil, ou em outras palavras, como o Estado iria converter em políticas estatais a ideologia industrial.

Ainda, apresentaremos parte da estrutura do I Congresso, seus participantes e teses, a fim de contextualizar a importância do evento e, principalmente, o momento em que as ideias de Simonsen deixam de representar seus pensamentos sobre o papel da indústria e passam a representar o pensamento da indústria sobre seu papel e o do Estado na construção de sua hegemonia econômica e política.

Feitas estas considerações iniciais, passemos a analisar o papel do I Congresso da Indústria na consolidação da classe industrial brasileira no período de 1940.

I Congresso Brasileiro da Indústria: selando a união entre Estado e burguesia industrial

O I Congresso Brasileiro da Indústria aconteceu de 08 a 14 de dezembro de 1944. Em nosso entendimento, o objetivo do Congresso era fixar uma base de propostas da classe industrial brasileira, seus anseios e intenções para a economia brasileira e o papel do Estado em relação a este ramo econômico. Este conjunto de proposta, entendemos, tinha o propósito de consolidar a classe industrial como força hegemônica, tanto na economia quanto no Estado, com a ocupação dos postos técnicos e políticos de formulação e decisão acerca das políticas econômicas.

Na busca destes objetivos, que a indústria já vinha perseguindo há mais de uma década, a classe industrial brasileira mobilizou-se. Foram apresentadas 137 teses, versando sobre temas os mais variados acerca do desenvolvimento da indústria brasileira, desde o modo de organização da produção até a planificação da economia, passando pelas relações de classe com o operariado e sua qualificação, a legislação trabalhista e social, entre outros temas. Participaram do Congresso 324 congressistas, representando 191 entidades, que variam entre sindicatos, órgãos estatais, indústria propriamente ditas e outros, de todo o Brasil.

Ao todo, sete comissões técnicas foram montadas para diagramar as propostas apresentadas e aprovada, sendo a primeira Comissão a de sistematização e as demais debatendo planificação econômica; reajustamento da produção industrial para o período pós-guerra; fatores de encarecimento da produção industrial; normas para harmonização entre as classes; fibras nacionais.

Para compor a Segunda Comissão, responsável pela formulação das propostas de caráter político-econômico, foram escalados Roberto Simonsen e Cyro Berlink, além de Álvaro de Souza Lima, João Luderitz e outros 27 membros. Foi nesta Comissão que Simonsen, que também presidiu a Comissão Técnica e de Redação e foi o Vice-Presidente do Congresso (presidido por Evaldo Lodi), apresentou as teses “Planificação Econômica do Brasil” e “O conceito de renda nacional e sua influência na relação dos padrões de vida. Cooperação econômica entre as nações. Medidas

para auxiliar na elevação dos níveis de vida nos países pobres”, sobre as quais debateremos a seguir, mas que foram aprovadas e fizeram parte da redação final de propostas.

Da parte do Governo Federal, é de especial atenção anotar que o Congresso foi presidido pelo próprio Getúlio Vargas e contou com a presença de diversas autoridades federais de então, entre elas o Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, o Interventor do Estado de São Paulo Fernando de Souza Costa, entre outros, o que aponta para a existência de uma aliança da burguesia industrial com o Governo Vargas com o objetivo de influenciar a formulação da política econômica que melhor lhes conviessem.

Em especial, permearam as propostas dos congressistas a questão do planejamento econômico do Estado para a indústria, solução pensada e defendida pelas entidades industriais como forma de resolver dois problemas que entendiam ser centrais: 1) o desenvolvimento definitivo da indústria enquanto atividade econômica principal da economia nacional, com o incentivo e a proteção do Estado; 2) a solução para a pobreza, que era entendida como geradora de conflitos econômicos e políticos entre as classes e se constituía em uma ameaça à democracia brasileira.

É neste sentido que o discurso de Roberto Simonsen na abertura do Congresso, em substituição ao presidente Evaldo Lodi (que, segundo consta nos Anais, não chegara em tempo ao evento de abertura), apontou logo de início que a intenção das classes industriais brasileiras era criar uma “consciência coletiva” acerca dos “principais anseios na ordem econômica e social” dos industriais brasileiros, os quais considerava o mais bem organizado, do ponto de vista político, segmento social do Brasil. (SIMONSEN, 1944, p.71).

Afirmou, ainda, que na visão industrialista, o Brasil não necessitava de políticas econômicas que resultassem em conflito, mas sim de propostas que pudessem elevar o nível de vida nacional, “...edificando uma civilização [...] onde o homem, [...] tenha uma existência digna e livre, e na qual a Nação possa atingir a um necessário grau de progresso, governada por diretrizes democráticas, subordinadas aos preceitos cristãos”. (SIMONSEN, 1944, p. 74).

Já em relação à renda nacional, Simonsen ressalta a importância do tema, tomado como chave para o progresso material brasileiro, uma vez que, no entender dos industriais, seria incompatível a convivência de crescimento econômico com pobreza. Nestes termos, sugere que o Brasil adote o mesmo critério para medir seu

crescimento econômico que outros países desenvolvidos já fazem, através do padrão de vida da população, que a seu ver deveria ser cientificamente determinado. O conceito, enquanto soma, englobaria ainda o lucro empresarial e a poupança nacional.

E esta renda não deveria ser imposta por decreto, mas sim ser o resultado material da elevação do trabalho e da produtividade, que só poderiam ser alcançados com a organização e a promoção do Estado. De igual forma, a condição de vida dos trabalhadores também precisaria mudar, devendo-se garantir condições mínimas de eficiência, saúde e alimentação, bem como os melhores equipamentos, de modo a ampliar sua produtividade. Tal patamar seria alcançado, de acordo com Simonsen, por meio da planificação da economia, cuja finalidade seria a de afinar os esforços econômicos industriais tendo por objetivo acelerar o aumento da renda nacional.

Em seu âmbito executivo, é dada, porém, ao poder público, a oportunidade de exercer uma ação decisiva, não só agindo nos campos de trabalhos julgados essenciais ao progresso da nação e que não tenham podido despertar a iniciativa particular, como também promovendo a criação e o fortalecimento de uma grande série de fatores favoráveis a um maior surto de trabalho nacional. (SIMONSEN, 1944, p. 75)

Em seu entendimento, a planificação não seria antidemocrática, pois se trataria de uma grande união nacional, englobando todas as atividades econômicas, os sindicatos, as associações e seus representantes, que auxiliariam na elaboração e execução do Plano. (SIMONSEN, 1944, p. 77)

Foi nestes termos que Simonsen apresentou a Getúlio Vargas as principais propostas e reivindicações da indústria, buscando claramente o apoio do Estado brasileiro e do próprio Vargas para ver realizadas as intenções da classe industrial de se tornar a força hegemônica na economia e na política do Brasil dos anos 1940 e seguintes. Vale, portanto, lermos nas palavras do próprio Roberto Simonsen os termos e intenções desta relação:

A presença de Vossa Excelência e de tão altas autoridades do Governo da República e do Estado nesta sessão inaugural constitui, sem dúvida, um poderoso estímulo para que intensifiquemos os nossos esforços, no patriótico desejo de colher os melhores frutos para o progresso da nação.
Pode Vossa Excelência estar certo de que, olhos fitos na grandeza do Brasil, na harmonia de seus filhos, na atmosfera de ordem e paz necessária ao desenvolvimento do seu grande destino, não serão aqui consideradas as legítimas aspirações patronais e trabalhistas, de cuja

conciliação, tão grata ao civismo de Vossa Excelência, depende da realização gloriosa desse destino. (SIMONSEN, 1944. P. 80)

Em seguida a Simonsen, usou a palavra o Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, que falou em nome do Governo Federal. Logo de início, ressaltou as medidas que o governo havia adotado para preparar o Brasil para o novo período que se iniciava, sempre considerando o equilíbrio entre as classes e a articulação entre elas, de modo que o Brasil adotasse uma postura e uma política consonante com o momento que o mundo estava vivendo. (MARCONDES, 1944, p. 82)

Entre as medidas relatadas pelo Ministro, estava a criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, com o objetivo de planejar as medidas econômicas necessárias para adaptar o Brasil no pós-guerra, dentre elas a defesa e o fomento das forças industriais, a produção de matérias-primas, as indústrias de base e outras, como forma de proteger os interesses e a economia nacionais.

Pelo que informou o ministro em seu discurso, fica claro que os interesses “nacionais” são, na verdade, os interesses industriais: protecionismo, produção de matérias-primas, indústria de base, equilíbrio entre as classes, enfim, uma espécie de síntese das principais propostas do Congresso, revelando ainda o grau de intersecção entre Governo e industriais já em 1944.

Mesmo a questão do cálculo da “renda nacional” já estaria em andamento, por estudos comandados pelo próprio Simonsen e executado pelo então Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho, que concluiu ser a renda nacional (que entendemos ser uma espécie de PNB da época, guardadas as proporções) algo em torno de CR\$ 40 bilhões. A proposta dos industriais, aceita pelo Governo, era planejar o crescimento industrial e econômico brasileiro de modo a alcançar, nos próximos 10 a 15 anos, a cifra de CR\$ 200 bilhões de renda nacional, um crescimento que o Ministro entendia possível e adequado para travar a “guerra ao pauperismo”, desde que não se contasse com crescimento natural da economia, mas sim com seu estímulo através de financiamentos e outras técnicas de aceleração, a serem buscadas pelo Estado. (MARCONDES, 1944, p. 84)

Nestes termos, a planificação da economia proposta por Simonsen em nome dos industriais e aceita pelo Governo tinha por objetivos

...a elevação da capacidade de produção e de consumo dos brasileiros, [de modo a] proporcionar os meios adequados para satisfazer às necessidades essenciais de nossas populações e prover

o país de uma estruturação econômica e social forte e estável, fornecendo à Nação os recursos indispensáveis à sua segurança e a à sua colocação em lugar digno na esfera internacional. (MARCONDES, 1944, p. 84)

Pouco a pouco, mas em curto espaço de tempo, o projeto industrialista tornou-se a força econômica e política hegemônica no Brasil dos anos 1940 e nas décadas seguintes, ocupando postos políticos e técnicos no Executivo e moldando as políticas estatais voltadas para a economia e suas agendas. É emblemática, neste sentido, a parte do discurso do Ministro Marcondes Filho em que o mesmo ressalta que as propostas de planificação da economia e elevação da renda nacional são os fundamentos da “democracia econômica e social” brasileiras:

Por sua vez, a Secretaria do Conselho estudou o plano como técnica neutra, aplicável no Brasil, para formar o arcabouço da democracia econômica e social, que é fundamento da legítima democracia política. [...] O plano é um estágio do conhecimento, nesta era de complexidade e da interdependência industrial, permitindo antever os efeitos e aplicar os seus elementos fundamentais estrategicamente, isto é, política e plasticamente, já que a sociedade nunca pode ser “estabelecida” segundo um modelo predeterminado e invariável. (MARCONDES, 1944, p. 85)

É interessante notar, ainda, que não obstante o planejamento econômico e o combate ao pauperismo fossem propostas das classes industriais, portanto dotadas de viés ideológico, sua aceitação e implementação pelo Estado não poderia se dar nestes termos, sendo mais aceitável que sua adoção se desse como certeza científica, como verdade estudada e apurada. Não seria nem “dirigismo” nem uma “guerra predatória”, mas um ponto de equilíbrio capaz de reorganizar a economia nacional para as novas necessidades daqueles tempos – a indústria.

A planificação foi concebida, no anteprojeto, como um controle dos efeitos de cada atividade sobre as outras esferas, pelo conhecimento de sua interdependência, condição que permite influir nos pontos estratégicos da vida econômica e social, através de técnicas cuja aplicação independe de ideologias, podendo ser, como mostrou a Comissão, fundando-se nas melhores autoridades, um legítimo instrumento de organização para a democracia e a liberdade. No nosso caso, essas técnicas visam aumentar num ritmo acelerado a produtividade do trabalho e, assim, a renda nacional, para elevação do nível de vida do brasileiro, através de um sistema de distribuição das oportunidades que assegure a Justiça Social e lastreie a democracia brasileira. (MARCONDES, 1944, p.86/87)

Há mais elementos unindo Estado e indústria nesta aliança pela hegemonia. O órgão criado para combater a pobreza, o “Gabinete de Guerra ao Pauperismo”, seria presidido pelo próprio presidente Getúlio Vargas e composto pelos demais Ministros e também por membros da sociedade, no caso os representantes da classe industrial brasileira. Os Anais do Congresso não trazem maiores informações sobre a formação do referido órgão e nem sobre sua composição, nem encontramos registros outros de seu funcionamento.

Mas, a indicação, pelo Ministro, na abertura do Congresso Brasileiro da Indústria, de que o Estado transformaria em política pública as duas principais ideias da classe industrial brasileira acerca do desenvolvimento econômico nacional permite pensar que o plano dos industriais brasileiros de se tornar a força motriz nacional apresentava resultados. E tal caminho passou pelo desenvolvimento das propostas econômicas de desenvolvimento nacional e diminuição da pobreza inicialmente formuladas por Simonsen e que depois transformaram-se em bandeiras da classe industrialista, até converterem-se, anos depois, no protótipo do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro.

Uma vez acontecida a intersecção entre as ideias de classe e o Estado, o desenvolvimento econômico e social por meio da industrialização deixou de ser uma proposta segmentada para se transformar em um “objetivo da democracia brasileira”, ao menos nos dizeres do Ministro Marcondes Filho:

A nossa época é, por força mesmo da evolução industrial, uma era de democracia substancial. Evidentemente este conceito não se limita a uma forma de democracia puramente jurídica, que pensadores do século dezoito, antes da época industrial, criam aplicável a todos os povos e a todas as épocas. Muito ao contrário, ele se liga ao conceito estrutural da realidade econômica e social, e ao próprio conceito de plano, vivendo o clima político do fato histórico único individual que nos cabe e que se revela como uma forma que até agora não surgira. A democracia contemporânea, já afirmei aqui mesmo, quer dizer iguais oportunidades, com a segurança de direitos mínimos, não só políticos e civis, mas econômicos e sociais e participação de todo o povo nas atividades coletivas. (MARCONDES, 1944, p. 88)

O ingresso do Brasil na era moderna, portanto, seria por meio da industrialização. Mas o modelo de participação política e social não seria o mesmo adotado na Europa, mas um desenvolvido especialmente para nossa situação política,

a doutrina da paz social, no qual o Estado atuaria como mediador do conflito entre as nascentes classes econômicas, editando leis que pudessem “equilibrar” as desigualdades financeiras então existentes.

No caso em especial, a preocupação dos industriais com a pobreza tinha um duplo viés: ao mesmo tempo em que ela inviabilizava o capitalismo industrial, por não permitir a formação de um mercado interno com força suficiente para sustentar a produção, também a carestia era uma fonte vigorosa de conflitos sociais que, ao entender de Simonsen, dos industriais e também do Governo, atrapalhavam a aceleração do desenvolvimento econômico e social por eles pretendidos. Enquanto houver pobreza, reafirmava o Ministro em seu discurso, a democracia não existirá enquanto salvaguarda de iguais oportunidades para todos. (MARCONDES, 1944, p. 89).

Essa era, também, a ideia de Simonsen. Em “Desenvolvimento Econômico e Condições De Vida: a Força de uma ideia e uma ideia força na obra de Roberto Simonsen”, de 2014, pudemos debater o quanto o empresário/intelectual se debateu com o conceito de condições de vida e como ele aparece como um dos eixos centrais de suas obras, ora combinando com suas teorias econômicas, ora com as sociológicas, bem como com as de Direito Internacional (estas voltadas para a cooperação dos povos pela supressão da pobreza, uma obra incompleta).

Em nosso entender, o tema das condições de vida é uma das ideias força do pensamento de Simonsen: sem aumentar o padrão de vida dos trabalhadores até o ponto em que eles possam subsistir e integrar o próprio mercado consumidor, o Brasil não se consolidaria como nação independente. Este, é claro, não era o único passo a ser dado em tal direção, mas era um deles, parte importante de um circuito de ideias que, na expectativa de Simonsen, elevariam o Brasil à condição de país desenvolvido.

Neste sentido, em “As Finanças e a Indústria” (1931), Simonsen reforça seus argumentos a favor da industrialização como forma de elevação do padrão de vida, chamando a atenção para o fato de que o Brasil estava atrasado em relação aos países centrais porque não possuía elementos de racionalização capazes de propor e executar soluções para os problemas nacionais.

[...] somos um povo de fraca produtividade. Trabalhamos pouco e com pequena eficiência, sendo aqui mínimo o rendimento médio por cabeça. [...] não temos, praticamente, capitais próprios e nem economias. É impressionante a pobreza do nosso povo. Quem viaja pelo interior do país, quem visita a casa do caboclo, mesmo nos arredores de São Paulo, não deixa de ficar impressionado como um

ser humano, no ano de 1931, se satisfaz com uma tapera de barro esburacada, coberta com sapé, tendo o chão de terra dura por piso e tarimbas, bancos toscos e esteiras por mobiliário. A alimentação do nosso homem de campo é rudimentar e insuficiente. Como se justifica que na época atual seja este o padrão de vida desse nosso homem com todas as conseqüências decorrentes desse atraso? (SIMONSEN, 1931, p.40).

A solução para a pobreza seria, então, a adoção da indústria como base econômica nacional, adotando o mesmo método de desenvolvimento dos outros países:

É numa política industrial fundada em bases racionais adequadas às condições de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente, a produção dos valores em bens sociais de que necessitamos para o rápido aumento de nosso poder aquisitivo e porque não dizê-lo, com os benéficos reflexos de adiantamento de processos de trabalho que a industrialização sempre conduz (SIMONSEN, 1931, p.41).

O conceito de “padrão de vida”, na visão de Simonsen, seria o centro da ordem econômica, pois seria a condição para tanto para o desenvolvimento econômico e humano do Brasil como também seria o mais próximo possível da liberdade, que não aconteceria, segundo Simonsen, enquanto a pobreza permanecesse como fonte maior da desigualdade. Em outras palavras, a liberdade econômica estaria condicionada à elevação e manutenção de um padrão de vida digno.

Entendemos ser esta uma passagem crucial para a compreensão do pensamento e da estratégia de Simonsen: quando foi deputado na Assembleia Constituinte de 1934, apresentou e fez aprovar a inclusão do tema das condições de vida no texto constitucional sobre a ordem econômica, fazendo constar da Constituição que a manutenção de um padrão de vida digno seria um ideal a ser buscado pelo Estado brasileiro. O próprio autor, na obra Níveis de Vida e a Economia Nacional, de 1940, seis anos após sua passagem pelo Congresso Nacional, declarou que sua intenção com a inserção do conceito de padrão de vida na Constituição de 1934 era, de fato, fomentar o debate sobre o tema:

Pela primeira vez, na carta constitucional de um país, em 1934, por sugestão minha, representante que era das classes patronais de São Paulo, se fez incluir a obrigação do levantamento periódico, por parte dos poderes públicos, dos níveis de vida nas várias regiões do país. Justificando tal iniciativa, acentuei a necessidade de terem os governantes constantemente sob seus olhos a carta das condições de

vida das populações, a fim de que constituísse sua constante preocupação, o emprego de todos os meios adequados e possíveis à sua melhoria (SIMONSEN, 1940, p.15).

Notemos duas questões importantes deste movimento: 1) a ideia partiu de um integrante da burguesia, não do proletariado; 2) em 1934, a agricultura era a força econômica e política hegemônicas no Brasil e a indústria lutava para se firmar, optando por estratégia a formulação de um conjunto de ideias-força, de uma base ideológica própria, portanto, para se diferenciar da agricultura e disputar com ela o controle do Estado e da economia.

Nestes termos, as ideias e a atuação de Simonsen possuem a importância fundamental de ser a versão pioneira dos objetivos que se tornaram o próprio projeto industrialista brasileiro, ao serem incorporadas pelo conjunto da classe ao longo da década de 1930, até se tornarem a representação do que pensava a burguesia industrial dos anos 1940 e 1950, quando sua hegemonia política e econômica sacramentou-se, sendo esta a síntese do que queremos apresentar neste artigo: Simonsen foi o pioneiro no desenvolvimento do projeto industrial brasileiro e suas ideias tornaram-se as ideias da classe industrial, foram por ela incorporadas na condição de ideologia, descolando-se da pessoa de seu idealizador para representar um projeto político de poder da nascente burguesia industrialista.

Ao afirmar que a pauperização precisaria ser superada, a fim de que o Brasil pudesse se estabilizar socialmente; ainda, que a pobreza só seria superada pela industrialização; e por fim, que a industrialização só seria plenamente implantada com a planificação da economia pelo Estado, Simonsen construiu os alicerces onde se ergueu o projeto industrialista brasileiro e, arriscamos afirmar, a própria identidade de classe burguesa nacional, que ao instituir como suas um corolário de ideias acerca do Brasil e de seu próprio papel na construção da economia nacional, se estabeleceu como força política perante o Estado e perante o proletariado, que foi integrado “por cima” ao projeto, na crença de que o desenvolvimento industrial o beneficiaria.

Por fim, uma última reiteração a fim de deixar claro um ponto que entendemos importante: a incorporação das ideias de Simonsen pela classe industrial brasileira não se deu somente como tática, como caminho para alcançar objetivos – portanto descartáveis, mas sim como ideologia de classe, ideias que pautaram sua atuação

política e permitiram sua chegada ao poder e, mais do que isso, implantar em partes estas ideologias.

É certo que o setor industrial tinha interesses financeiros neste processo, mas o centro de sua atuação e de seu lucro não estavam na forma como a indústria seria tratada pelo governo, mas sim em direcionar as ações do Estado em seu favor, fazendo com que seus objetivos se tornassem os mesmos da “democracia”, da “ordem econômica” e outros, como vimos ao longo do trabalho, em uma escala de profundidade que extrapola, em nosso ver, a possibilidade de os industriais terem agido sem base ideológica e sem que os conceitos já aqui apresentados tenham sido este alicerce.

Estas são hipóteses que buscamos analisar e que, em nosso ver, apontam para a conclusão que o I Congresso Brasileiro da Indústria representa um dos marcos na consolidação da hegemonia econômica e política dos industriais brasileiros do período, movimento que se consolidou anos depois no projeto nacional-desenvolvimentista, selando em definitivo a ascensão da burguesia aos postos de comando do Estado, da economia e da política brasileiras.

Referências bibliográficas

ANAI DO I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA. São Paulo: CNI/FIESP, 1945.

ATAS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA. São Paulo, CNI/FIESP, 1945.

BERLINK, CYRO. **Roberto Simonsen: a indústria, as ciências sociais e a realidade brasileira.** São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1948.

_____. **Comemorações do 40º aniversário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.** Ciências Políticas e Sociais, São Paulo, v.2, nº 3, setembro de 1964.

_____. Liderança e liberdade. **Revista Sociologia – Revista dedicada à teoria e à pesquisa nas ciências sociais**. São Paulo: Sociologia e Política, vol. 26, setembro de 1964, p. 281-305

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1972.

CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua Obra. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: 11(4): p.23-28, out/dez de 1971.

_____. **O pensamento industrial no Brasil. 1880-1945**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

CEPEDA, Vera. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses**. 2004. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Estado, Democracia e Nação na teoria do subdesenvolvimento**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Economia Política, junho de 2007. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/_861_d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf>. Último acesso em 30 de set. de 2009.

_____. **O problema do moderno no pensamento de Roberto Simonsen: crítica ao liberalismo e a questão nacional**. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, sem paginação.

COLISTETE, Renato Perim. **A força das idéias: a CEPAL e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950**. in História Econômica & História de Empresas, vol. X , 2006, p. 123-153.

FREITAS, Moacir Jr. **O industrial e o salário: a contribuição de Roberto Simonsen para os estudos sobre o padrão de vida dos trabalhadores no Brasil.** 2013. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Araraquara.

_____. **Um Plano Marshall para a América Latina: a contribuição de Roberto Simonsen para a tese do subdesenvolvimento latino-americano.** In XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia – ALAS, Chile, 2013, GT Pensamento Latino-americano.

_____. Desenvolvimento Econômico e condições de vida: a força de uma ideia e uma ideia força na obra de Roberto Simonsen. **Publicatio UEPG Appl. Soc. Sci.**, Ponta Grossa, 21 (2): 161-172, jul./dez. 2013. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo.** 2ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

LEME, Marisa Saens. **A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945).** Petrópolis: Vozes, 1978.

LIMA, Heitor Ferreira. **Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento.** São Paulo: Edaglit, 1963.

_____. **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

PREBISCH, Raul. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas.** Revista Brasileira de Economia, Vol. 3, nº 3, 1949.

SIMONSEN, Roberto. **Orientação industrial brasileira.** São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1928.

_____. **As crises no Brasil.** São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

_____. **A construção dos quartéis para o Exército.** São Paulo: sem editora, 1931.

_____. **As finanças e a indústria.** São Paulo: São Paulo Editora, 1931.

_____. **À margem da Profissão – discursos, conferências e publicações.** São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

_____. **Rumo à verdade.** São Paulo: São Paulo Editora, 1933.

_____. **Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras.** São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

_____. **A evolução industrial do Brasil.** São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.

_____. **Níveis de vida e a economia nacional.** São Paulo, sem editora, 1940.